Às 19h e 07min (dezenove horas e sete minutos), do dia 10 Julho 2025, a Presidente do Conselho Municipal de Educação – CME/BH, a senhora Valentina de Souza Paes Scott, abriu a 456ª Sessão Plenária deste Conselho utilizando a plataforma Google Meet, com a seguinte pauta: **1)** Estabelecimento do teto da reunião; **2)** Aprovação da proposta de alteração do Regimento Interno; **3)** Definição da data da Plenária Extraordinária para aprovação do novo Regimento CME.

Conselheiros Presentes: Alessandra Gomes da Silva, Aline Almeida, Andrea Caroline Correia Silva, Barbara Mendes da Silva, Ananias Neves Ferreira, Cristiana Duarte, Cristiane Nunes de Oliveira, Eliani Maria de Brito, Fernanda Marcal, João Henrique Lara Amaral, Juliana Estanislau, Liliani Salum, Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes, Patricia Barbosa Lima, Rebeca Cristina Nunes Lloyd, Rosmary Aguayo Pintos, Shirley Costa, Valentina de Souza Paes Scott, Wandson Antonio Silva Mourão. **Conselheiros que justificaram ausência:** Carolina Azevedo Moreira, Rafael Ramalho, Andreia De Barros Teixeira, Rogério Helvídio Lopes Rosa, Luciana Catalao de Albuquerque, Vereador Tileleo, Claiton Roberto dos Passos, Laís Sousa Gonçalves. **Membros da Secretaria Executiva presentes:** Sérgio José Bones Teixeira, Patricia Maria Goncalves Fernandes, Alex Corradi, Elissandra Cassia dos Santos. **Desenvolvimento da Plenária:** A Presidente, Valentina de Souza Paes Scott, abriu a reunião dando as boas vindas a todos e agradecendo a presença. Em seguida, propôs o teto da reunião para às 20:00, prorrogável até às 20:30. Na sequência, a Presidente deu início ao segundo ponto de pauta explicando que o combinado é aprovar a proposta de alteração do regimento interno e que, em reunião da mesa diretora essa semana, foi combinada a seguinte metodologia: o Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes fará a apresentação contando um pouco do histórico de como se chegou a essa versão para conhecimento de todos os conselheiros já que tem alguns entraram nos últimos meses em substituição aos que saíram; depois do histórico, será analisado o texto que foi compartilhado com todos os Conselheiros e Conselheiras. Concluiu dizendo que quando o texto for ser analisado, serão feitos os combinados referentes à análise. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes cumprimentou a todos, em especial as pessoas que chegaram recentemente ao Conselho Municipal, representando importantes segmentos que compõem o CME: famílias e estudantes. Disse ainda que durante o mandato sempre prestou-se atenção na representatividade desses segmentos e na importância deles para trazer o enriquecimento das discussões no CME. Continuou dizendo que essa era uma noite muito esperada para a finalização do processo relativo à aprovação do texto do novo regimento interno do Conselho. Segundo ele, os trabalhos começaram em 2023, quando foi formado o grupo de trabalho que realizou diversos estudos sobre as normas de outros conselhos municipais de educação e analisou os limites do que poderia ser alterado aqui em Belo Horizonte porque não é possível fazer alteração em desacordo com a lei municipal e qualquer outra norma jurídica. Esclareceu ainda que o regimento interno não é somente um texto, ele é uma norma jurídica e por isso ele tem que observar tudo aquilo que está acima, ou seja, a hierarquia que começa com a Constituição Federal que está no alto da pirâmide e por isso, o Grupo de Trabalho teve o cuidado de promover alteração sem entrar em conflito com qualquer norma que estivesse em direção à Constituição Federal. Segundo o conselheiro, houve um momento anterior ao mais recente, no qual as pessoas puderam contribuir, a partir de um link e dentro de um prazo razoável para leitura, estudo e inserção de comentários e poucos dias atrás, esse prazo foi reaberto e agora temos o texto que será apresentado durante esta extraordinária para que todos possam fazer uma leitura tranquila e analisar as contribuições que já aconteceram. Chamou a atenção para que seja uma extraordinária muito tranquila porque não haverá mais condição de inserir sugestões ao texto, mas em alguns pontos pode acontecer

inclusive de uma sugestão ser colocada em confronto com outra e as pessoas que fizeram essas proposições poderão colocar as suas razões. Disse também que a sugestão de trabalho é fazer a votação item por item, porque quando a gente chegar ao final da leitura da minuta, não teremos mais qualquer discussão relativa a essas proposições e poderá fechar o texto final, devidamente aprovado. Lembrou que a missão não vai terminar essa noite, ainda há a responsabilidade de garantir o quorum qualificado para aprovação do novo regimento que no caso exigirá mais que 50% mais um, exigirá dois terços de Conselheiros presentes na Plenária cuja data será definida no último ponto da pauta. Disse ainda que espera que a data a ser definida seja ainda no mês de agosto porque é um evento complexo a ser organizado e algumas pessoas estão envolvidas na construção da Conferência Municipal de Educação. Esclareceu que finalizada essa etapa, o documento será enviado para o Prefeito do Município de Belo Horizonte, que fará a análise jurídica desse documento junto com a sua equipe para publicação de decreto municipal. Finalizou dizendo quem sabe, seja possível, até o mês de novembro, nem que seja de forma embrionária, imaginar o que poderia ser uma nova lei municipal que regulamente e remodele o Conselho Municipal de Educação porque estamos no ano de 2025 e a lei é antiga, mas para hoje disse acreditar que o trabalho será bem rápido, até às 20horas, 20 e pouquinho. A Presidente mencionou a importância de lembrar que esse trabalho foi fruto de muita dedicação das pessoas, algumas nem estão mais aqui no Conselho, e o objetivo maior foi atualizar o regimento, na medida do que é possível legalmente. Concluiu dizendo que foi uma construção coletiva apresentada em forma de uma tabela, composta por 3 colunas: a versão original do regimento, a versão que está sendo proposta para a atualização e os comentários, que foi encaminhada com antecedência para conhecimento de todos. Lembrou que alguns capítulos não sofreram nenhuma alteração, ou porque não foi necessário ou porque a lei não autoriza que seja feito. Encaminhou os trabalhos afirmando que todo o texto será lido, capítulo por capítulo, artigo por artigo, parágrafo por parágrafo, inciso por inciso, que os capítulos ou artigos que não sofreram alteração não serão debatidos para poder ganhar tempo, mas as dúvidas serão esclarecidas sem necessidade de debate dos conselheiros. Finalizou dizendo que será explicado porque alterou, o que foi alterado e na sequência será feito o debate para chegar num texto. Em seguida consultou se todos estavam esclarecidos, se todos haviam entendido a proposta e disse que não tem problema nenhum ter dúvida porque são as dúvidas que movem a humanidade e o Regimento é um documento muito importante porque normatiza o Conselho. Na sequência passou à leitura do documento. **CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO.** Art. 1º - O presente Regimento Interno estabelece normas de funcionamento e de organização do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte - CME, instituído pela Lei no 7.543, de 30 de junho de 1998, e regulamentado pelo Decreto no 9.745, de 30 de outubro de 1998. Após a leitura do artigo, a Presidente comentou que realmente o regimento é antigo mesmo e que não sofreu alteração. Art. 2º - O Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte - CME, órgão colegiado e permanente do Sistema Municipal de Ensino - SME, política e administrativamente autônomo, tem caráter deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador sobre os temas de sua competência. A Presidente esclareceu que também não sofreu alteração, assim como os artigos 3º e 4º que serão lidos na sequência. **CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS.** Art. 3º - O CME tem como objetivo assegurar aos grupos representativos da comunidade o direito de participar da definição das diretrizes da educação no âmbito do Município, concorrendo para elevar a qualidade dos serviços educacionais. Art. 4º - O CME, no exercício de suas atribuições, propugnará para que a educação seja direito de todos e assegurada mediante políticas econômicas, sociais e culturais, visando garantir o acesso e a

permanência à educação contínua de qualidade, sem qualquer discriminação, e pela gestão democrática nas escolas de seu sistema de ensino. CAPÍTULO III - DAS FINALIDADES E COMPETÊNCIAS. Art. 5º - Ao CME compete: I - participar da elaboração das políticas públicas para a educação do Município; II - avaliar e manifestar-se sobre o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual relativamente à educação; III - fiscalizar a aplicação de recursos públicos e aqueles oriundos dos convênios, doações e outros, destinados aos setores público e privado da educação, incluindo verbas de fundos federais, estaduais e municipais, respeitando-se as atribuições do Conselho do Fundeb de Belo Horizonte e das demais instâncias de controle e acompanhamento social no Município. A Presidente informou que neste item 3 foi acrescido o texto “respeitando-se as atribuições do Conselho do FUNDEB de Belo Horizonte e das demais instâncias de controle e acompanhamento social do município”. IV - emitir parecer, quando solicitado, sobre: a) propostas de convênios educacionais, suas renovações entre o Município e entidades públicas ou privadas; b) o interesse e a necessidade de eventual assistência do Município às instituições particulares, filantrópicas, comunitárias e confessionais, no que se refere à educação. V - normatizar as seguintes matérias: a) autorização de funcionamento, credenciamento e inspeção de estabelecimentos que integrem o SME; b) parte diversificada do currículo escolar; c) recursos em face de critérios avaliatórios escolares; d) autonomia e gestão democrática das escolas públicas municipais; e) classificação e progressão do estudante nas etapas da educação básica; f) integração, no SME, das instituições de educação infantil criadas e mantidas pelo poder público e pela iniciativa privada; g) outras matérias mediante solicitação da Secretaria Municipal de Educação - SMED. VI - assegurar a publicidade de informações sobre o SME, tais como, o número de profissionais e de alunos, bem como as receitas, as despesas do setor e o custo/aluno por níveis de ensino; VII - responder a consultas e emitir pareceres em matéria de ensino e educação no âmbito do SME; VIII - estabelecer critérios que orientem a elaboração da proposta pedagógica das instituições que compõem o SME; IX - autorizar mudanças na organização e no currículo da educação regulada por este Conselho, observada a legislação federal; X - funcionar como instância recursal no âmbito de suas atribuições; XI - contribuir para o diagnóstico da evasão, repetência e problemas na oferta e na qualidade do ensino nas escolas, apontando alternativas de solução; XII - propor ações educacionais compatíveis com programas de outras secretarias, como: Saúde, Desenvolvimento Social, Cultura, Esportes e Meio Ambiente, bem como manter intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa; XIII - divulgar, através de publicações, as suas atividades nos veículos de comunicação do Município; XIV - autorizar e acompanhar experiências pedagógicas, assegurando a validade dos estudos realizados; XV - acompanhar a política de convênios educacionais entre Município e entidades públicas e privadas; XVI - acompanhar e fiscalizar a implementação das diretrizes aprovadas na Conferência Municipal de Educação; XVII - elaborar e aprovar seu regimento interno; XVIII - elaborar e aprovar o regimento, a organização, a convocação e normas de funcionamento das conferências municipais de educação, bem como as das plenárias municipais de educação; XIX - encaminhar à SMED a proposta orçamentária anual do CME. XX - colaborar com o dirigente do órgão municipal de educação no diagnóstico e na solução de problemas relativos à educação, no âmbito do Município; XXI - zelar pela universalização da educação básica e pela gradual implantação da jornada escolar de 8 (oito) horas e do horário integral; XXII - zelar pelo cumprimento da legislação escolar aplicável à educação e ao ensino; XXIII - pronunciar-se sobre as ações ou formas de cooperação entre União, Estado e Município; XXIV - zelar pela valorização dos profissionais da educação; XXV - criar estratégias que

favoreçam a ampla participação da comunidade, incentivando, dentre outras coisas, a criação de associações de pais, professores, alunos e funcionários nas questões de políticas educacionais do SME; XXVI - participar da elaboração do Plano Municipal de Educação, bem como acompanhar e fiscalizar sua execução; XXVII - propor normas complementares para o SME. Concluída a leitura do Artigo 5, o Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes leu a justificativa para a alteração sugerida que é reafirmar os limites às competências do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte para trazer tranquilidade jurídica sobre o que o CME pode fazer sem entrar em conflito com outras instâncias e abriu-se a votação para aprovação da inserção do texto “respeitando-se as atribuições do Conselho do FUNDEB de Belo Horizonte e das demais instâncias de controle e acompanhamento social do município. A proposta passou por unanimidade. A Conselheira Alessandra Gomes da Silva pediu a palavra e perguntou se seriam lidas as questões que não tiveram alteração e iria direto para as que tiverem alteração para ganhar tempo. A Presidente esclareceu que não serão debatidas os pontos que não sofreram alteração mas em função da necessidade de aprovação do documento, ele deve ser lido na íntegra. Em seguida, o Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes deu continuidade à leitura a partir do artigo sexto. Art. 6º - O CME é composto de 24 (vinte e quatro) membros, assim discriminados: I - 4 (quatro) representantes dos órgãos governamentais do Município, indicados pelo Prefeito, sendo pelo menos 1 (um) da SMED; II - 2 (dois) representantes das instituições de ensino público superior, sendo um indicado pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, e outro indicado alternadamente pela Universidade do Estado de Minas Gerais e Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Cefet/MG; III - 1 (um) representante das instituições particulares de educação infantil; IV - 1 (um) representante das instituições filantrópicas, comunitárias ou confessionais de educação infantil; V - 3 (três) representantes dos estudantes das escolas municipais; VI - 3 (três) representantes dos pais de alunos das escolas municipais; VII - 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; VIII - 1 (um) representante da Câmara Municipal, indicado por sua Mesa Diretora; IX - 4 (quatro) representantes dos trabalhadores em educação das escolas públicas municipais; X - 2 (dois) representantes dos professores das escolas particulares de educação infantil; XI - 1 (um) representante do Fórum Mineiro de Defesa da Educação, ou da entidade que a suceder nos termos da Lei; XII - 1 (um) representante dos trabalhadores das instituições filantrópicas, comunitárias ou confessionais de educação infantil. Parágrafo 1º - O CME tem igual número de suplentes. Concluída a leitura, o Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes esclareceu que houve alteração em dois incisos: no dois é o mero detalhamento da alternância de instituições na composição do segmento, ou seja, o texto ficou mais claro nesse sentido e no onze, uma vez que o fórum mineiro não existe mais, é importante garantir a permanência desse segmento, caso através de lei estadual exista ou possa existir uma instituição que faça a sucessão deste fórum, ou seja, havendo uma lei estadual, automaticamente no nosso regimento já vai está prevista a inserção deste segmento. A Presidente esclareceu que não pode retirar o fórum, apesar dele não existir, então, quando coloca “ou da entidade que o suceder”, pode verificar legalmente se houve alguma outra entidade e chamar para compor o conselho. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes informou que para retirar o fórum e para colocar qualquer outro segmento só através de lei municipal. A Presidente consultou se a Plenária estava esclarecida para votar nessas duas alterações. A Conselheira Juliana Estanislau perguntou se poderia votar ou não porque é suplente e não sabia se o titular estava presente. A Secretaria Executiva informou que estavam presentes três representantes do segmento de pais: Bárbara Mendes da Silva, Fernanda

Marçal e Juliana Estanislau e, portanto, todas estavam aptas a votar. Esclarecida a dúvida a Presidente perguntou se todos estavam esclarecidos para votar as alterações nos dois incisos do artigo sexto. A Conselheira Fernanda Marçal perguntou se era um voto por segmento. A Secretaria Executiva esclareceu que são três representantes do segmento de pais que têm direito a voto, como estão presentes um titular apenas, as outras duas suplentes assumem a titularidade e, portanto, têm direito a voto. A Presidente disse que essa informação é importante esclarecer mesmo e citou como exemplo o segmento de governo que tem quatro titulares que quando não estão presentes, os suplentes assumem ou o segmento de professores que tem um número de titulares e quando os titulares não estão presentes, os suplentes assumem. Aberta a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes deu continuidade a leitura da minuta: CAPÍTULO V - DAS ELEIÇÕES, INDICAÇÕES e SUBSTITUIÇÕES. Art. 7º - Os conselheiros referidos nos incisos V, VI, IX, X e XII, do artigo anterior, bem como os seus suplentes, serão eleitos por seus pares em plenárias dos respectivos segmentos, durante as conferências municipais de educação a que se refere o art. 17, da Lei no 7.543, de 1998. Parágrafo único - Os suplentes a que se refere o caput substituirão os membros titulares do seu respectivo segmento de acordo com o quantitativo de votos que receberam, de forma decrescente. Art. 8º - Os conselheiros referidos nos incisos II, III, IV, VII e XI, do art. 6º, bem como seus suplentes, serão indicados pelas respectivas instituições e entidades. Parágrafo único - No impedimento, afastamento ou ausência de membro titular indicado pelo Prefeito Municipal e de seu respectivo suplente, aquele será substituído por um dos demais suplentes representantes do Executivo. Art. 9º - Os conselheiros titulares e os suplentes terão seus nomes homologados por ato do Executivo publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte. A Presidente perguntou se o artigo 9º era uma inclusão. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes informou que o destaque no artigo 9º, foi colocado em respeito ao princípio da publicidade e portanto há a necessidade da publicação no Diário Oficial do Município, inclusive para concretude dos efeitos dessa eleição ou da indicação. A Presidente confirmou que o Artigo 9º é para trazer publicidade e transparência para os nomes dos membros que compõem o conselho e consultou se todos estavam entendendo e com clareza para votar se estavam de acordo com essa inclusão. A inclusão foi aprovada por unanimidade. Art. 10 - A função de membro do CME não será remunerada, sendo seu exercício considerado relevante serviço prestado à população, tendo prioridade sobre o de quaisquer outras, não se computando, em relação a cargo público exercido cumulativamente, as ausências determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho ou participação em diligências e trabalhos especiais. Parágrafo Primeiro - Será emitida a Declaração Mensal de Atividades, a pedido do membro do CME, contendo a discriminação dos eventos e demais participações nas quais houve o efetivo exercício da função. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes informou que nesse ponto havia a contribuição da Conselheira Alessandra Gomes da Silva solicitando a inserção do parágrafo que constava no texto anterior que se refere aos representante dos alunos porque o texto inserido não contempla o estudante com objetivo da justificativa para ausência nas atividades letivas e pediu a ela que apresentasse seu argumento uma vez que ele não considera que exista um conflito. A conselheira Alessandra Gomes da Silva esclareceu que o objetivo é contemplar os estudantes que já tinham sido inseridos no texto anterior, então não é uma alteração, é só um acréscimo. O Conselheiro João Henrique Lara Amaral pediu a palavra e disse que estava de acordo com a proposta da Conselheira Alessandra, mas perguntou se havia um motivo para a supressão do texto anterior. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes

esclareceu que a interpretação que foi dada quando foi colocado que será emitida a declaração mensal de atividades, a pedido do membro do CME, isso abarca todo e qualquer segmento deste conselho, mas a Conselheira Alessandra tem uma preocupação mais específica para esta declaração mensal de atividades com o intuito de uma justificativa ao segmento dos alunos para as atividades letivas. Disse ainda que no ponto de vista dele, a partir do momento que há uma declaração mensal de atividades que discrimina os eventos nos quais houve a participação do conselheiro ou da conselheira, demonstrando o efetivo exercício da função, seria uma mera formalidade fazer uma adequação do texto para constar uma justificativa para os dias letivos. Segundo o Conselheiro Marcus, dentro do regimento interno não estaremos discutindo a forma e o conteúdo dessa declaração, ela seria adequada de acordo com a solicitação do membro do conselho que no caso dos estudantes será uma declaração contemplando a necessidade de ser justificada sua ausência em determinado dia letivo e isso pode ser inclusive fruto de uma resolução, não há necessidade de estar no regimento interno já que a resolução pode determinar o modelo desta declaração e portanto, frente aos esclarecimentos dados, acredita que não é no regimento que deva ser feito. Concluiu propondo que essa discriminação e o modelo de declaração do CME seja colocada de uma resolução para que seja criada uma padronização deste documento que é a declaração mensal de atividades. A Conselheira Alessandra Gomes da Silva pediu a palavra e disse que pensando na questão do objetivo dessa declaração, o texto anterior deixa ele claro que é justificar a ausência do estudante e para os demais conselheiros, qual seria o objetivo já que a declaração não vai poder ser utilizada, por exemplo, para uma falta de trabalho, portanto entende que no texto anterior essa declaração ela foi apresentada com com objetivo único voltado para os estudantes. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes reafirmou que não há necessidade dentro do regimento interno de fazer uma discriminação, o que pode colocar aqui é parágrafo primeiro: será emitida a declaração mensal de atividades e o parágrafo segundo: para os representantes dos alunos, o seu conteúdo terá efeito para justificação das atividades letivas. A Presidente concordou com a proposta e consultou se a Conselheira Alessandra também estava de acordo. A conselheira Alessandra Gomes da Silva respondeu que sim. Diante da concordância, a Presidente sistematizou a proposta da seguinte forma: parágrafo primeiro, a emissão da declaração a pedido do membro, contendo a discriminação dos eventos e demais participações, nas quais houve o efeito efetivo exercício da função; e o parágrafo segundo para representantes dos alunos, as declarações terão suas ausências de atividades letivas justificadas por meio de atestado emitido pela presidência do CME. O Conselheiro João Henrique Lara Amaral pediu desculpas mas não entendeu a diferença. A Presidente esclareceu que é diferente porque acrescentou o parágrafo construído no âmbito da comissão porque não tinha no regimento a emissão de uma declaração mensal de atividades a pedido do membro do conselho, mas esse parágrafo foi incluído, mas excluiu o que fala com relação à emissão da declaração dos estudantes, que é diferente uma vez que o caráter da declaração dos estudantes tem efeito para a justificativa de ausências, para fins de carga horária letiva. O Conselheiro João Henrique Lara Amaral agradeceu e disse que havia entendido. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes pediu a palavra e sugeriu a inserção do parágrafo terceiro no qual conste que a declaração mensal de atividades será emitida pela presidência do CME. Na sequência, a Secretaria Executiva acrescentou ao texto os parágrafos dois e três da seguinte forma: Parágrafo Segundo - Para os representantes dos alunos das escolas públicas, a declaração terá efeito de justificativa para ausências nas atividades letivas. Parágrafo Terceiro: A declaração mensal de atividades será emitida pela Presidência do CME. A

Presidente fez a leitura dos parágrafos e consultou se a Plenária tinha acordo com a inclusão dos parágrafos no artigo e a maioria manifestou-se favorável. A Presidente informou que havia sido alcançado o teto de 20:00 e como ainda estava sendo lido o artigo 10, sugeriu novo teto para 21:00 e a proposta foi aprovada pela maioria. Em seguida, o Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes deu continuidade à leitura: Art. 11 - O suplente substituirá o membro titular do Conselho em seu impedimento, afastamento ou ausência. § 1o - Caracteriza impedimento o não comparecimento do conselheiro titular quando convocado por autoridade estatal dos Poderes ou instituições autônomas (e.g., Defensoria Pública, Executivo, Judiciário, Legislativo ou Ministério Público. § 2o - Caracteriza afastamento o não comparecimento do conselheiro titular por motivos de: I - licença para tratamento de saúde; II - férias e licenças: Maternidade, Paternidade, Luto, Gala e outras previstas em lei; III - compromissos trabalhistas relacionados ao vínculo contratual; IV - motivos particulares, limitados a 2 (dois) eventos no transcurso do mandato. § 3o - O Conselheiro ausente das reuniões ou sessões agendadas durante o cumprimento do mandato deverá apresentar justificativa fundamentada e encaminhada, preferencialmente, ao correio eletrônico oficial do Conselho, ou por escrito para ulterior apreciação e deliberação do Plenário, Câmaras ou Comissões, conforme o caso. A Presidente lembrou que a questão das ausências prejudica muito os trabalhos do conselho e esse mandato sofreu muito e todos que estão desde o início sabem que vem sendo trabalhada a perspectiva das justificativas serem feitas oficialmente por e-mail e por isso a comissão avaliou importante colocar essa informação no regimento de forma clara e finalizou pedindo à Conselheira Alessandra Gomes da Silva para esclarecer a questão das férias que ela apresentou no texto. A Conselheira Alessandra Gomes da Silva esclareceu que exatamente em função dessas ausências, tem que garantir um recesso coletivo e o período de férias, sem uma justificativa de ausência da cidade ou algo que impeça de participar, por si só não é uma justificativa para a ausência dos Conselheiros. Finalizou propondo manter o texto anterior porque tem um dificultador, falando da experiência desse mandato, que é a questão da justificativa do trabalho e sem questionar se é relevante ou não, uma justificativa de férias, se não tem nada que impeça a participação, não é justificativa. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes pediu a palavra para fazer a defesa do texto proposto. Segundo ele, o texto anterior é pobre, não faz nem menção ao Ministério Público enquanto o novo faz a inserção de poderes, de instituições autônomas que compõem a estrutura de governo. Ainda segundo o Conselheiro, o texto proposto resolve uma situação muito constrangedora que é a pessoa meramente colocar no chat do WhatsApp que não pode comparecer determinada noite e fica por isso mesmo; foi colocado um limite, dentro do qual a pessoa pode visitar uma outra galáxia sem a necessidade de fazer uma justificativa porque estará inserida no limite de duas ausências ao ano. Disse que isso certamente traz um maior compromisso da pessoa que terá que justificar qualquer outra ausência, formalizando a justificativa, trazendo respeito ao CME como instituição e às pessoas que o compõem; no caso das licenças, foi colocada a licença maternidade, paternidade, luto, gala que são licenças legalmente previstas; na questão das férias, que são férias trabalhistas, mais do que um direito. Finalizou dizendo que o respeito ao período de férias da pessoa que compõe este conselho pode trazer para essa pessoa, no retorno das férias, a condição necessária para que ela esteja aqui à noite ou qualquer outro período do dia para poder desempenhar suas funções com qualidade, portanto, o respeito ao período das férias, no ponto de vista dele, é necessário e a pessoa fará a comunicação do período com antecedência à secretaria executiva para que o suplente possa substituí-la e considera o texto proposto um texto que traz uma discriminação maior, uma segurança jurídica maior e um enriquecimento ao regimento

interno. A Presidente sistematizou as propostas sendo a proposta um, a da Conselheira Alessandra que sugere que no inciso dois conste apenas as licenças e não conte férias e a do Conselheiro Marcus que sugere a manutenção do texto proposta pela comissão em relação ao artigo, artigo 11. O Conselheiro Ananias Neves Ferreira pediu a palavra e disse que acompanha inteiramente a fundamentação do Conselheiro Marcus porque férias é um afastamento legal, inclusive para os efeitos de remuneração e não é possível que uma função não remunerada não respeite o afastamento de férias. Concluídas as intervenções, a Presidente colocou em votação primeiro se todos estavam de acordo com a alteração do artigo e a maioria votou sim, na sequência submeteu ao pleno a votação referente ao inciso que tinha como proposta um o destaque apresentado pela Conselheira Alessandra e a proposta dois o texto apresentado na minuta. Antes de iniciar a votação, a Presidente disse que entende tanto a preocupação da Conselheira Alessandra quanto a proposta do Conselheiro Marcus, mas como a proposta está escrita, cerca bem a questão das ausências porque as férias as pessoas viajam às vezes. A conselheira Alessandra retirou a proposta. Na sequência, deu-se continuidade à leitura da minuta: Art. 12 - No caso de vacância da função de conselheiro do CME, adotar-se-ão os seguintes critérios para escolha do novo membro que irá cumprir o prazo restante do mandato: I - na hipótese de o conselheiro ter sido definido na forma do art. 7º, o CME encaminhará a eleição para escolha do novo representante, salvo se faltar menos de 180 (cento e oitenta) dias para realização da Conferência Municipal de Educação; II - nos demais casos, caberá à entidade ou órgão correspondente indicar novo conselheiro; III - na vigência da vacância, até que seja feita nova eleição ou até que seja indicado novo conselheiro, ou se esta se der em prazo igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias para o término do mandato, o conselheiro suplente assumirá a função de conselheiro titular, observado o que dispõe o art. 3º do Decreto no 9.745, de 30 de outubro de 1998. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes informa que nesse artigo a única alteração é a inserção do termo vigência antes da vacância. A Presidente consultou a Plenária se todos estavam esclarecidos para votar e não havendo manifestações, o Pleno aprovou a alteração sugerida e deu-se continuidade à leitura: Art. 13 - O mandato do conselheiro será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução sucessiva. § 1º – O ato de designação dos conselheiros municipais de educação deverá ser publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte - DOM até trinta dias após o encerramento da Conferência Municipal de Educação. § 2º – A posse dos conselheiros deverá ocorrer em até dez dias após a publicação do ato. § 3º - O mandato dos conselheiros municipais de educação terá início em cerimônia oficial, na qual ocorrerá o ato da posse, durante o qual será lavrado, em livro próprio, o “Termo de Posse”, que será assinado pelo Secretário Municipal de Educação ou seu representante e pelos conselheiros. § 4º - O mandato dos membros de cada gestão se encerrará com o ato de posse dos membros da gestão subsequente. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes esclareceu que a justificativa para o termo sucessiva é para esclarecer que recondução alternada poderá acontecer, mas também limita a conexão de mandatos sucessivos a dois períodos somente. A Presidente consultou a Plenária se todos estavam esclarecidos para votar e não havendo manifestação, submeteu a proposta à votação e obteve-se maioria. Continuando a leitura: Artigo 14. O conselheiro que não comparecer a três reuniões consecutivas ou seis intercaladas anualmente, sem justificativa por escrito, até a data da próxima reunião, deverá ser substituído na forma deste regimento. CAPÍTULO VI - DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES. Art. 15 - O CME será constituído por: I - Plenário; II - Mesa Diretora; III - Secretaria Executiva; IV - Câmaras Técnicas; V - Comissões Especiais. Seção I - Do Plenário. Art. 16 - O Plenário é o órgão de deliberação máxima e

conclusiva do CME. Art. 17 - Compete aos membros do Plenário: I - examinar, avaliar, propor e deliberar soluções às pautas e aos problemas submetidos ao CME; II - comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do CME; III - solicitar diligências em processos que, no seu entendimento, não estejam suficientemente instruídos; IV - votar e ser votado para integrar os órgãos do CME; V - propor alterações no presente regimento; VI - exercer outras atribuições e atividades inerentes a sua função de conselheiro da educação; VII - deliberar sobre os casos omissos. Seção II - Da Mesa Diretora. Art. 18 - A Mesa Diretora será formada por 4 (quatro) membros, constituindo-se os seguintes cargos: I - Presidente; II - Vice-Presidente; III - 1o Secretário; IV - 2o Secretário. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes explicou que neste artigo a alteração proposta foi a alteração no inciso dois que no texto original era secretário geral e passa a ser vice-presidente porque na ausência da presidência assume o secretário geral interinamente e comparando as atribuições do secretário geral e da vice-presidência em regimentos internos de outros conselhos, eles consideram essa organização que está sendo proposta para a Mesa Diretora. Concluiu dizendo ser uma questão terminológica, substituindo secretário geral por vice-presidente. A presidente consultou a Plenária se todos estavam esclarecidos para votar e não havendo manifestação, colocou a alteração em regime de votação e a proposta foi aceita. Deu-se continuidade à leitura: Art. 19 - O Presidente do CME, de acordo com o art. 9o da Lei no 7.543 de 1998, é indicado e nomeado pelo Prefeito. § 1o - O mandato do Presidente será de 2 (dois) anos, permitida a recondução nos termos do Art.13 deste Regimento. § 2o - Cabe ao Presidente: I - representar ou designar representantes do CME, *ad referendum* do Plenário; II - deliberar sobre questões administrativas do Conselho; III - indicar servidores municipais que irão compor a estrutura de apoio do Conselho, nos termos do parágrafo único do art. 15 da Lei 7.543 de 1998, ouvido o Plenário; IV - solicitar ao órgão competente recursos financeiros e materiais necessários ao funcionamento do Conselho; V - instituir comissões especiais para a realização de tarefas afetas ao órgão, ouvido o Plenário. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes esclareceu que foi inserida a referência ao Artigo 13 do regimento e que é extremamente importante sempre colocar que a instância máxima de deliberação do nosso conselho sempre vai ser o plenário. A Presidente consultou se todos estavam esclarecidos para votar e não havendo manifestações contrárias, foi aberta a votação a proposta aprovada pela maioria. Continuando a leitura: Artigo 20. Os demais membros da mesa diretora serão eleitos pelo plenário através de voto direto de seus integrantes e por maioria simples no início de cada mandato. Art. 21 - A Mesa Diretora será responsável: I - pela convocação, efetivação e coordenação de todas as reuniões ordinárias e extraordinárias do órgão; II - pelos assuntos administrativos, econômicos e operacionais submetidos à apreciação e deliberação do plenário; III - pelo encaminhamento de todas as providências e recomendações determinadas pelo plenário; IV - pela organização e encaminhamento da pauta das reuniões com antecedência aos conselheiros; V - pela ciência de todas as correspondências recebidas e expedidas; VI - pelo amplo conhecimento público de todas as atividades e deliberações do CME; VII - pela elaboração e sistematização de relatório anual de atividades do CME, submetendo-o ao plenário; VIII - pela distribuição de trabalhos e processos às câmaras técnicas. A Presidente interrompeu a leitura e perguntou ao Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes a qual artigo se referiam os comentários inseridos no documento. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes informou que ao Artigo 20 e que o alerta da Presidente foi muito importante porque diz respeito a maior ou menor participação na Mesa Diretora porque poderá haver a manutenção daquela mesa que iniciou o mandato ou então, caso existam pessoas interessadas, tenha uma nova votação

para poder compor uma nova mesa diretora. A Presidente fez a defesa de manter o texto original porque ele garante que os demais membros da mesa diretora serão eleitos anualmente pelo plenário, por maioria simples, podendo ser reeleitos porque a mesa diretora tem deliberações importantes e é importante que as os diversos segmentos possam passar pela mesa diretora e se tiver uma mesa diretora durante 4 anos, não terá uma alternância de segmentos. Disse ainda achar complicado ficar com a mesma mesa diretora durante 4 anos, inclusive, por experiência própria, durante a atual gestão, houve mudança porque tivemos a saída de uma pessoa e avaliou como positiva a alteração. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes propôs manter o texto do original do artigo 20 porque vai ao encontro desse princípio da maior participação e a participação no CME pode ser lançada inclusive no currículo lattes como experiência que traz, inclusive, implicações profissionais. A Presidente sistematizou a proposta: a primeira opção é manter o texto original em que há uma alternância a cada ano; a segunda opção é o texto da comissão em que não tem alternância, que seja, os membros da Mesa Diretora são eleitos no início do mandato e permanecem. Consultando o Pleno se todos estavam esclarecidos para votar, iniciou a votação nominalmente e com 15 votos a favor da proposta um, tivemos unanimidade. Dando continuidade à leitura: Art. 22 - Em sua ausência, impedimento ou afastamento, o Presidente será substituído, preferencialmente, por: I - Vice-Presidente; ou II - 1º Secretário; ou III - 2º Secretário. Parágrafo único - Na impossibilidade destes, caberá ao Plenário definir quem substituirá o Presidente. O Conselheiro Marcus esclareceu que nesse artigo houve apenas a troca, no inciso I, de secretário geral para vice-presidente. A Presidente lembrou que a alteração da nomenclatura já havia sido aprovada anteriormente, então essa alteração está aprovada automaticamente. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes informou que o Pleno precisaria corroborar que realmente é o entendimento de ser vice-presidente e por uma questão metodológica, como estamos fazendo a votação artigo por artigo, é importante fechar. Compreendida a necessidade, a Presidente abriu a votação e a alteração foi aprovada por unanimidade. A Secretaria Executiva solicitou que retornasse ao artigo 21 porque havia sido sugerida a inclusão dos termos comissões e Grupos de Trabalho no inciso VIII que menciona apenas Câmaras Técnicas. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes agradeceu e consultou se havia alguma dúvida com relação a essa alteração e como não houve manifestação, a proposta foi aprovada. Dando continuidade a leitura: Seção III - Da Secretaria Executiva. Art. 23 - A Secretaria Executiva, como órgão de assessoramento, prestará apoio administrativo e operacional a todos os órgãos do CME, especialmente à Mesa Diretora. § 1º - A Secretaria Executiva será composta por servidores municipais, que compõem a estrutura de apoio do CME, indicados pelo Presidente, ouvido o Plenário. § 2º - A Secretaria Executiva funcionará no horário de 8 às 17 horas, na sede do CME, excetuando-se aos finais de semana e nas datas indicadas pelo Calendário de Feriados e Pontos Facultativos anual. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes esclareceu que a adequação do horário de trabalho em atendimento às demandas da secretaria executiva foi parametrizada pelo horário de trabalho de outros órgãos, principalmente Secretaria Municipal de Educação e escolas, uma vez que o trabalho é relacionado, majoritariamente, à educação. A Presidente consultou a Plenária se havia alguma dúvida e não havendo manifestação, foi efetuada a votação e o texto do artigo 23 aprovado. A Presidente, considerando sua preocupação com o horário e com o volume de artigos ainda a serem analisados, propôs a aprovação dos artigos que não sofreram alteração e leitura e discussão apenas daqueles que foram alterados. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes consultou a Plenária se entre os presentes havia alguém com necessidade, por uma

questão de acessibilidade, que seja feita a leitura do documento, porque não havendo essa questão da acessibilidade, concorda com a proposta da Presidente. A Presidente perguntou se alguém que precisaria que fosse feita a leitura oral do documento ou todos tinham capacidade de fazer a leitura e não havendo manifestação, estabeleceu-se que tudo aquilo que está com o texto anterior mantido, está aprovado e a partir desse momento, seria trabalhado só com o que tem acréscimos, alterações ou alguma alguma questão dentro dos acréscimos ou das alterações. A Secretária Executiva informou que no artigo 27, a Conselheira Fernanda Marçal da Silva Figueiredo pergunta se somente os titulares deverão participar da Câmara Técnica. A Presidente informou que o texto do artigo 27 está mantido como o original, que os suplentes participam de câmara técnica também e que o que está faltando é dizer que os titulares têm que participar pelo menos de uma Câmara Técnica. Finalizou propondo que a Secretária Executiva entrasse em contato com a Conselheira Fernanda para explicar que os suplentes e os titulares participam das câmaras técnicas, mas que o regimento menciona apenas que os titulares têm que participar obrigatoriamente de pelo menos uma câmara técnica. Na sequência, o Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes informou que nos artigos 27, 28, 29 e 30 não há necessidade de fazer a leitura porque não sofreu nenhuma alteração e portanto poderiam ser submetidos à votação. Após manifestações no chat, os artigos foram aprovados. Em seguida, o Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes informou que o artigo 31 faz a inserção do conteúdo da resolução dentro do regimento interno. A Presidente destacou a importância de trazer as atribuições das câmaras técnicas para o regimento e para tanto, a comissão pegou o texto das atribuições que consta na Resolução do CME, sem nenhuma alteração e replicou nessa minuta. Disse ainda que são atribuições específicas das câmaras técnicas, a primeira é a câmara técnica de gestão do sistema e a que ela se dedica; depois a câmara técnica de orçamento, financiamento e a que ela se dedica; na sequência, a câmara técnica pedagógica e a que ela se dedica; a próxima é a câmara técnica de educação infantil e a que ela se dedica e a Câmara Técnica de Planejamento e Acompanhamento também. Justificou que na época, a Comissão debateu muito porque esse é um trabalho muito grande do conselho e precisa valorizar esse trabalho das câmaras técnicas e registrar no regimento para dar visibilidade. A Presidente finalizou consultando se a Plenária estava de acordo com a inclusão desse artigo inteiro. Concluída a votação, a inclusão do texto no artigo 31 foi aprovada. Em seguida, o Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes informou que o artigo 32 também apresentava um texto inédito sobre o caráter transitório das comissões especiais que são criadas para trabalhos específicos no CME. A Presidente esclareceu que as comissões especiais não existiam no regimento e a comissão sentiu a necessidade de inseri-las porque são transitórias e são deliberadas pelo plenário. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes lembrou que o texto que está sendo apresentado é fruto do trabalho de uma comissão especial, mas para aprovação do resultado tem que se observar o previsto no Artigo 50 que é a questão do quórum qualificado. A Presidente reforçou que as comissões debatem, produzem, mas depois o plenário é que aprova ou não aprova o trabalho da comissão. Feitos os esclarecimentos, a inclusão do artigo foi aprovada pela maioria. Na sequência, o Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes apresentou o Art. 33 - A Sede do CME localiza-se à Rua Carangola, 288, térreo - Santo Antônio - CEP 30.330-240 - Telefones: 3277-8843 e 3277-8845 - Correio eletrônico: cmebh@edu.pbh.gov.br e esclareceu que nele foi inserido o endereço eletrônico para que seja dada a publicidade necessária para que a sociedade civil possa interagir de uma forma mais efetiva com o CME. A proposta foi submetida a votação e aprovada por unanimidade. Dando continuidade, o

Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes informou que os artigos 34, 35 e 36 não sofreram alteração e nem acréscimo. Em seguida leu o Artigo 37: As reuniões ordinárias do Conselho serão instaladas com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) dos membros titulares, 13 pessoas, em primeira chamada, na data e hora previstas na convocatória, ou em segunda chamada, com qualquer quorum, não cabendo recurso. Parágrafo Único - O quorum de instalação, em primeira chamada, poderá ser obtido em até 30 minutos decorridos do horário inicial previsto na convocatória. A Presidente esclareceu que essa redação não existia e que houveram alguns problemas para definir a instalação do quórum qualificado para o início da plenária ordinária porque não havia definição de quanto tempo deveria esperar e como essa definição se configura como caso omissivo, os Conselheiros definiram em Plenária que, para esse mandato, o prazo seria de 30 minutos. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes disse que é importante compreender que as sessões, daqui em diante, porque esse texto tem uma simetria com o que acontece dentro do conselho do FUNDEB, numa primeira chamada temos que observar a presença de no mínimo 13 pessoas e na segunda chamada, após 30 minutos, significa que a sessão será instalada com qualquer número de pessoas, evitando as chamadas extraordinárias e isso traz segurança jurídica, principalmente naqueles casos de urgência em que o Conselho precisa de ter uma definição com a devida urgência. A Conselheira Alessandra Gomes da Silva pediu a palavra e solicitou esclarecimentos sobre qual artigo, do Regimento Interno do CME, o Artigo 37 que estava sendo debatido, correspondia. A Presidente informou que o artigo que estava sendo debatido correspondia ao Artigo 35: A sessão plenária do CME instalar-se-á com a presença da maioria dos seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes. Parágrafo único - Na falta de quorum para instalação do Plenário será automaticamente convocada nova sessão num prazo de 72 (setenta e duas) horas, que se realizará com qualquer número de conselheiros presentes. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes esclareceu que na verdade a proposta está convertendo o prazo de 72 horas em 30 minutos para garantir a reunião na mesma data. O Conselheiro João Henrique Lara Amaral pediu a palavra e disse que não concordaria de imediato com a proposta mas que entende que dessa forma seria muito melhor em uma situação em que tivessem dificuldade de quórum como tem sido ultimamente de forma crônica. Considera uma solução interessante porque não tem que mudar o dia da reunião já que as pessoas se organizam e dedicam aquele dia às atividades do CME. Continuou dizendo que vê um problema nessa proposta porque pode se instalar uma situação crônica de ausência e isso se repetir a cada mês da mesma maneira e que a ele parece que o cuidado do legislador anteriormente foi de garantir uma presença, vamos dizer assim, mínima, ou melhor, uma presença maior, eu vou chamar de maior representativa no conselho já que se não conseguir o quórum, você dá ao conselho uma segunda chance que tenha essa representatividade para a próxima reunião, 72 horas depois. Concluiu dizendo que se normatizar como está sendo proposto, nunca teremos a chance de ter o maior número de presenças para uma deliberação mais participativa, sempre vai manter essa condição impedindo que se tome alguma providência, ou seja, é uma solução, mas que pode também trazer um certo vício. A Presidente informou que o teto estabelecido no início da reunião havia sido alcançado e que haviam duas possibilidades: ampliar o teto e tentar chegar ao fim da análise ou finalizar a reunião e continuar a análise na plenária ordinária ou mesmo em uma extraordinária para finalizar. A Conselheira Alessandra Gomes da Silva perguntou quantos artigos faltavam para finalizar. A Presidente respondeu que faltavam 15 artigos. O Conselheiro João Henrique Lara Amaral afirmou que era muita coisa. A Secretaria Executiva verificou o quorum e

informou que havia apenas 11 Conselheiros presentes. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes afirmou que, infelizmente, perdemos a lógica da leitura do texto. A Presidente considerou que realmente é um texto extenso e que é importante o debate. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes pediu a palavra e disse que puxando pela memória, em situações anteriores, salvo ou melhor juízo, observou-se o quórum de instalação e não observou-se a manutenção do quórum para a prorrogação do tempo. Sugeriu ainda finalizar, no prazo de 20 minutos já que não está sendo feita a leitura de todos os artigos e será perdida a referência ao que já foi mencionado nessa noite porque agora se tem, de forma consistente a memória do que já foi lido. A Presidente disse não se lembrar se em outras ocasiões foi ou não observada a manutenção do quorum e esclareceu que poderia ser votada a extensão do prazo para finalizar com quem estivesse presente aqui. A Secretaria Executiva informou que o Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes tinha razão. O Conselheiro João Henrique Lara Amaral argumentou que, considerando a questão da memória, estrategicamente, seria melhor dar continuidade aos trabalhos, mas se regimentalmente precisa respeitar a questão do quórum, não pode abrir mão porque a matéria que está sendo votada é muito importante. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes informou que o código de manutenção não existe. O Conselheiro João Henrique Lara Amaral perguntou porque então essa questão do quórum havia sido levantada porque se precisa ter o quórum para fazer a votação, precisa interromper a reunião. A Presidente esclareceu que não seria interrompido porque o teto havia sido alcançado e precisa votar a ampliação. O Conselheiro João Henrique Lara Amaral disse que é essa a questão, de poder continuar trabalhando com quórum aquém porque se, regimentalmente não puder fazer uma votação sem o quórum necessário não deve continuar, mas estrategicamente, seria melhor continuar. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes pediu a palavra e disse que regimentalmente não existe a discriminação do coro de manutenção. Disse ainda que o que se tem é uma sessão instalada, de forma regimental e as pessoas presentes poderão, neste momento, desejar a finalização desse trabalho ou então transportar a finalização para um outro momento, perdendo a lógica que está concatenando tudo que está sendo mencionado e devidamente deliberado. O Conselheiro Ananias Neves Ferreira observou que só se prorroga aquilo que existe e o teto já acabou. A Conselheira Juliana Estanislau pediu a palavra e disse que por ser o regimento uma coisa muito séria, por todos estarem bem cansados e já eram 21 horas, para tomar alguma decisão com a lucidez máxima para votar, é favorável a marcar uma extraordinária e continua de onde parou. A Presidente pediu a palavra e disse que a Plenária havia acabado porque o teto foi alcançado e que uma extraordinária pode ser convocada pela presidência, então vai ser convocada extraordinária para finalizar essa parte do texto. Concluiu dizendo que uma extraordinária, com o quórum qualificado, vai dar conta de finalizar o texto para aprovar. Conselheiro João Henrique Lara Amaral perguntou se havia uma previsão. A Presidente respondeu que a extraordinária terá que ser feita em agosto porque agora tem o recesso pelo qual inclusive se adiantou a plenária de julho, mas será em uma quinta-feira e finalizou perguntando se alguém gostaria de propor uma data. O Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes disse considerar que a definição da data seria realmente algo da seara específica da mesa diretora porque se essa sessão não existe mais, não há o porquê de se discutir. A Presidente concordando com a ponderação do Conselheiro Marcus Vinicius Bassi Lindenberg Froes, agradeceu a presença de todos e sem mais o que tratar, às 21 horas e 03 minutos (vinte e uma horas e três minutos), a Presidente do CME/BH Valentina de Souza Paes Scott encerrou a reunião_____ .